NOTÍCIAS CNTV

Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 21/10/2013 - Edição 924

Sindicato dos Vigilante anuncia mobilização na segunda

Dirigentes do Sindicato dos Vigilantes de Rondônia (Sintesv) mobilizam a categoria para a próxima segunda-feira, paralisando os serviços nas escolas estaduais para exigir o pagamento de salários e rescisões. A decisão do Governo em suspender os contratos não será revista, explicou o secretário de Educação, Emerson Castro, durante encontro com representantes da categoria.

Emerson Castro esclareceu que não há qualquer hipótese de rever as rescisões dos contratos de vigilância ou a manutenção dos serviços através de outras empresas; tampouco há qualquer discussão no Governo no sentido de prorrogar os contratos por mais alguns meses. Essas rescisões dos contratos de vigilância da Educação vão gerar um contingente de cerca de 2.800 vigilantes desempregados, que serão substituídos por câmeras de vigilância, cuja aquisição estava sendo planejada para ser feita de forma fracionada e descentralizada por cada escola; no entanto o secretário Emerson Castro afirmou que vai fazer diferente, através de licitação pública global e centralizada na SEDUC.

Para Valdemar Costa as escolas entrarão num período de muita fragilidade e vulnerabilidade, pois a licitação dessas câmeras de vigilância deve demorar mais que o previsto e não estarão em funcionamento quando encerrar o trabalho dos vigilantes, no final deste mês; o que tornará as escolas alvo muito fácil para a ação dos marginais. Pelo volume da compra, complexidade da instalação e do monitoramento, essa situação poderá durar vários meses; quando não haverá nem vigilantes e nem câmeras, expondo alunos, professores e demais profissionais à violência.

Outra reivindicação urgente do SINTESV é para que a SEDUC faça o pagamento imediato dos serviços prestados pelas empresas de vigilância relativos ao mês de setembro/2013; pois o referido pagamento ocorre habitualmente em torno do dia 05 de cada mês subsequente ao prestado, porém até esta quinta-feira (17) não houve o pagamento, segundo as empresas, gerando consequentemente atraso na quitação dos salários dos vigilantes.

Fonte: Rondônia Agora

Projeto que isenta trabalhador do custeio do vale-transporte segue para a Câmara

Caso PL seja aprovado, empregadores passarão a custear integralmente as despesas com o vale-transporte.

Se não houver recurso para análise do Plenário, projeto de Fernando Collor será enviado à Câmara

Os empregadores passarão a custear integralmente as despesas com o vale-transporte. Projeto de lei com esse objetivo, de autoria do senador Fernando Collor (PTB-AL), foi aprovado nesta quarta-feira (16) pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa. A matéria, agora, será examinada pela Câmara dos Deputados se não houver recurso para análise pelo Plenário do Senado.

Na avaliação do autor, o Projeto de Lei do Senado (PLS) 242/2013 vai contribuir para o aumento da renda dos trabalhadores, já que eles não terão mais participação no custeio do transporte para seu deslocamento ao trabalho. Esse benefício, em sua opinião, também não vai impactar significativamente no custo das empresas, pois as despesas poderão ser abatidas da receita, para fins de apuração do lucro tributável.

"Isentar o trabalhador de qualquer participação no custo do vale-transporte trará um considerável aumento de renda e um impacto desprezível nos custos e preços das empresas", afirmou Fernando Collor ao justificar a proposta.

De acordo com a lei que instituiu o vale-transporte (Lei 7.418/1985), informou o relator da matéria, senador Paulo Paim (PT-RS), o empregador poderá descontar até 6% do salário do trabalhador para custeio do transporte. Se o preço das passagens exceder o valor descontado, pela lei vigente, o empregador arcará com a diferença.

O vale-transporte, disse Paim, foi instituído como antecipação pelo empregador do valor gasto com transporte para que o trabalhador se desloque de sua residência para o local de trabalho e vice-versa, por meio do sistema de transporte coletivo público. Tal deslocamento, ressaltou, pode compor-se por um ou mais segmentos da viagem.

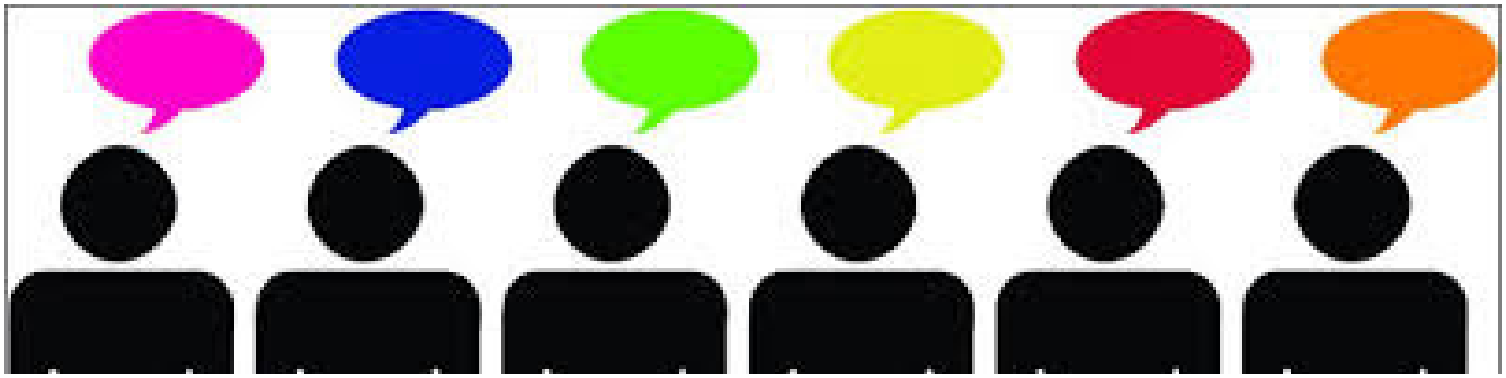
Paulo Paim ainda observou que o valor pago pela empresa com essa finalidade, por não ter natureza salarial, não se incorpora à remuneração e, portanto, não constitui base de incidência de contribuição previdenciária ou de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Trata-se, sem dúvida alguma, de medida ousada, porém necessária, para garantir aos trabalhadores do nosso país essa conquista tão necessária – disse Paim.

O relator lembrou que tramita na Câmara dos Deputados projeto similar, que poderá, naquela Casa, ser apensado ao do Senado. Caso o relator apresente substitutivo, avaliou, a matéria terá de voltar ao Senado.

Fonte: Agência Senado

Debates mais fortes são terceirização e jornada de trabalho



A pauta de demanda dos trabalhadores é extensa e uma parte dela depende de decisões governamentais. O POVO ouviu algumas das principais entidades trabalhistas no Estado para apresentarem suas necessidades

No âmbito público ou privado, a classe trabalhista tem demandas que dependem de decisão das instâncias executiva, legislativa ou judiciária. Muitas vezes, as três juntas. Entre as cobranças estão a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais e a não aprovação do Projeto de Lei 4.330, de 26 outubro de 2004, que regulamenta a terceirização.

Outras cobranças são segurança bancária; fim dos leilões de poços de petróleos; valorização dos profissionais da educação com recursos dos royalties, além da desburocratização de projetos da agricultura familiar.

"Entendemos que (o projeto de lei) deixa escancarada a terceirização. Daqui a uns tempos, as empresas poderão contratar todos os funcionáris sem carteira assinada. Não é o processo mais correto de regulamentar a terceirização", critica a presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no Ceará, Joana Almeida.

A sindicalista sugere a regulamentação de forma que o trabalhador não saia prejudicado. "Rasga a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), da forma como está sendo discutido", afirma.

O Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual do Ceará (Mova-se) ratifica a crítica à terceirização indiscriminada. "Isso precariza o serviço público e também facilita a corrupção", argumenta Ulisses Moreira, um dos fundadores e ex-diretor da entidade, que está em mudança de direção.

A redução da jornada de trabalho de 44 horas para 40 horas semanais, sem redução de salário, também está na pauta. "Isso pega mais o setor privado, nas indústrias, por exemplo. No momento, não está sendo debatido nacionalmente", lamenta Joana.

Perda de autonomia

Entidades ligadas ao setor energético querem o fim dos leilões de poços de petróleo a empresas internacionais. O temor não é só de perder o emprego.

"A gente sabe da importância da Petrobras, por exemplo, para controlar a inflação. Quando há aumento na gasolina, o impacto é sofrido na sociedade em geral. Com os leilões, o Governo tira a capacidade da Petrobras de crescer mais e perdem essa margem de controle", destaca Orismar Holanda Gomes, presidente do Sindicato dos Petroleiros do Ceará e Piauí (Sindipetro -CE/PI).

No aspecto da segurança, a cobrança atual é pela entrada da Polícia Federal em ações (assaltos e explosões) contra bancos, afirma o diretor do Sindicato dos Bancários do Ceará, Bosco Mota.

"Há um projeto na Câmara dos Deputados para federalizar os crimes de assalto a banco. Isso vai dar uma força maior contra o crime", adverte Bosco.

Saiba mais

Royalties e educação

Apesar da definição de aplicar os recursos financeiros dos royalties na educação, as entidades laborais cobram como esse dinheiro vai ser aplicado. O argumento é que não basta chegar o dinheiro, é preciso ser corretamente aplicado.

Circulação e acidentes

O Sindicato dos Caminhoneiros do Estado do Ceará (Sindicam-CE) quer mudança nas restrições de tráfego em Fortaleza, afirma o presidente da entidade, José Tavares Filho. Também cobra planos para o caminhoneiro trocar seu caminhão. Assim reduz poluição e riscos de acidente.

Fonte: O Povo

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV - José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação - Edilson Silva Pereira
Jornalista: Pricilla Beine / Joanna Alves
Projeto gráfico e diagramação: Aníbal Bispo

site: www.vigilantecntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS edifício Venâncio Junior Térreo loja 09-11
Cep: 73.300-000 Brasília - DF